

61ª DELIBERAÇÃO DA SECÇÃO PERMANENTE DO SEGREDO ESTATÍSTICO

**AUTORIZAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DO SEGREDO ESTATÍSTICO DE DADOS ESTATÍSTICOS CONFIDENCIAIS
SOLICITADOS PELO IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I. P.**

Tendo em consideração a solicitação do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. relativa a:

Dados relativos a um conjunto de variáveis e indicadores económico-financeiros, obtidos a partir da Central de Balanços do Banco de Portugal, relativos a 2021 e aos dois anos antecedentes, 2020 e 2019, para a implementação e funcionamento do mecanismo de alerta precoce (MAP) criado pelo Decreto-Lei nº 47/2019 de 11 de abril e alvo de Protocolo entre o IAPMEI, o Banco de Portugal (BdP) e o Instituto Nacional de Estatística (INE) nos termos previstos no nº 1 do artigo 6º do referido Decreto-lei.

Considerando:

- A natureza confidencial dos dados solicitados, nos termos do número 2 do artigo 6º da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio;
- Que a informação se destina ao cumprimento pelo IAPMEI da obrigação legal de implementação e funcionamento do Mecanismo de Alerta Precoce (MAP), criado pelo Decreto – Lei nº 47/2019, de 11 de abril, o qual consiste num procedimento de prestação de informação económica e financeira aos membros dos órgãos de administração das empresas com sede em Portugal, numa base anual, constituindo um mecanismo de apoio à decisão e à gestão empresarial com base em análises estatísticas;
- Que a solicitação se enquadra nas exceções previstas na segunda parte do número 6 do artigo 6.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio - *planeamento e coordenação económica* – as quais permitem ao Conselho Superior de Estatística (CSE) autorizar a libertação de dados sujeitos a Segredo Estatístico;
- Que os indicadores económico-financeiros são compilados a partir da Central de Balanços do Banco de Portugal e analisados pelo IAPMEI, com base nos dados constantes da Informação Empresarial Simplificada (IES), em articulação com o Instituto Nacional de Estatística (na qualidade de Autoridade Estatística responsável pelas Estatísticas Estruturais das Empresas transmitidas à Comissão Europeia - Eurostat), relativos à saúde financeira de cada empresa, bem como uma breve menção expressa a

Conselho Superior de Estatística

eventuais mecanismos disponíveis e a remissão para o IAPMEI, em caso de necessidade de apoio especializado;

- A cooperação entre as entidades IAPMEI, Banco de Portugal e INE, através de protocolo celebrado conforme previsto na Lei, o qual estabelece a articulação entre as três entidades, define os indicadores que o Banco de Portugal disponibiliza ao IAPMEI, bem como a respetiva periodicidade, e prevê as medidas de segurança adequadas à salvaguarda da informação disponibilizada;
- Que a cooperação entre as entidades IAPMEI e a AT - Autoridade Tributária e Aduaneira, através de protocolo celebrado conforme previsto na Lei, o qual estabelece que a intervenção da AT visa única e exclusivamente a divulgação da disponibilidade de informação atualizada no IAPMEI aos titulares dos órgãos de administração das empresas;
- A importância de salvaguardar a segurança e confidencialidade do tratamento da informação estatística devendo o IAPMEI pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado de forma a garantir total observância dos limites de utilização da informação estatística de base, a qual será apenas utilizada nas finalidades descritas no pedido e também desse modo, do princípio do segredo estatístico, preservando assim a confiança no Sistema Estatístico Nacional;
- A legislação orgânica e de funcionamento do IAPMEI (Decreto-Lei n.º 266/2012 de 28 de dezembro, atualizados pelos Decreto-Lei n.º 82/2014 de 20 de maio e Decreto – Lei n.º 47/2019 de 11 de abril e os Estatutos do IAPMEI, Portaria n.º 51/2015 de 26 de fevereiro, permitem concluir que a entidade, no cumprimento da sua missão e atribuições, não prossegue atribuições que colidam direta ou indiretamente com a aplicação do princípio do segredo estatístico;
- As competências do CSE, nos termos da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, para zelar pelo cumprimento do segredo estatístico junto das entidades solicitantes de informação confidencial, podendo realizar auditorias e outras ações de fiscalização do cumprimento das suas deliberações, delegadas na Secção Permanente do Segredo Estatístico (SPSE) de acordo com o anexo A da 63ª Deliberação do CSE;
- O estipulado no artigo 6.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, que se refere ao princípio do segredo estatístico em geral e estabelece, em particular, as exceções admissíveis a este, designadamente as finalidades a que tem de destinar-se a informação libertada e os limites da sua utilização;
- A decisão constante da 49ª Deliberação da Secção Permanente do Segredo Estatístico que refere, no ponto B, que doravante “ *analisa anualmente cada novo pedido do IAPMEI feito ao Banco de Portugal, com conhecimento do CSE que pode utilizar o mecanismo do Procedimento Escrito, previsto no artigo 25º do Regulamento Interno do Conselho Superior de Estatística, apenas caso verifique, prévia e fundamentadamente, a completa identidade do pedido face ao do ano anterior, a não existência de alterações nas atribuições e competências da entidade solicitante, bem como estarem assegurados os restantes pressupostos desta Deliberação*”.

Conselho Superior de Estatística

A **Secção Permanente do Segredo Estatístico**, considerando as suas competências legais e regulamentares **delibera:**

- A. Autorizar o Banco de Portugal a fornecer ao IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. os dados estatísticos referidos no primeiro parágrafo da presente Deliberação, considerando as características e exclusões previstas no artigo 2º do Decreto-Lei nº 47/2019, de 11 de abril, e as exclusões adicionais previstas no nº 4 da cláusula 1ª do Protocolo entre o IAPMEI, o Banco de Portugal e o INE.
- B. O IAPMEI deve assinar a Declaração de Compromisso de Sigilo, em anexo, comprometendo-se a:
1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados de 2021 e dos dois anos antecedentes, 2020 e 2019, fornecidos pelo Banco de Portugal, em articulação com o INE conforme protocolado para o efeito, no âmbito da implementação e funcionamento do Mecanismo de Alerta Precoce e detalhada na presente Deliberação;
 2. Garantir as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a integridade e confidencialidade da informação estatística disponibilizada, protegendo-a, designadamente de acessos não autorizados, difusão, alteração, destruição accidental ou ilícita, ou perda accidental;
 3. Efetuar a divulgação da informação e das análises e apreciações efetuadas de acordo com o mencionado no pedido aprovado, apenas e só às empresas a que respeita, no *site* do IAPMEI, com ligação segura e sujeita a credenciação, para que não permita a terceiros qualquer identificação, direta ou indireta, das unidades estatísticas de base;
 4. Utilizar a informação somente para as finalidades para que foi autorizada a cedência, e enquanto necessária, procedendo à sua destruição logo que deixe de ser necessária para aquelas finalidades, no período máximo de dez anos conforme protocolado, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros;
 5. Enviar ao Banco de Portugal e ao Secretariado do Conselho Superior de Estatística, antes de cada pedido anual de renovação de autorização pelo CSE, se aplicável, o resultado do trabalho desenvolvido, incluindo exemplos da extração ou fornecimento de dados com o máximo detalhe ocorrido.

Lisboa, 14 de dezembro de 2022

O Vice-Presidente do CSE, Francisco Lima

A Secretária do CSE, Maria da Graça Fernandes Caeiro Bento